

## ENTREVISTA COM JOÃO ZAFALÃO

Regis Argüelles<sup>1</sup>Rodrigo Lamosa<sup>2</sup>

**Minibio:** Doutorando em educação pela Unicamp, e mestre em Educação pela mesma instituição. Zafalão atua como professor de História na rede estadual de ensino de São Paulo há quase 30 anos e é dirigente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

**Entrevistadores:** Então, vamos começar, João. Primeiro, aqui está uma pergunta justamente sobre a sua pesquisa. Como é que você chegou nessa questão das condições de trabalho e saúde dos professores?

**João Zafalão:** Primeiro... Eu comecei no magistério em 1996. Então, tenho bastante tempo de casa. Aquele período era justamente quando estava o governo federal fazendo a reforma do Estado e iniciando uma fase mais agressiva neoliberal. Quando fui estudar realmente, para entender um pouco esse processo, o que era alarmante era assim: com o passar do tempo, nos anos 2000, 2005, 2006, 2007, foi crescendo. A gente observava uma coisa bem crítica, mas em todas as escolas: os nossos colegas foram tirando licença-saúde. Muitos adoecendo. A gente via os colegas que estavam lá com a gente todos os dias, e de repente, não estavam mais. Era nítido que havia uma mudança do tipo de licença, né? Porque eu falo assim: era muito comum, e sempre foi muito comum no magistério, a pessoa adoecer com problemas de coluna, braço, ter tendinite. Por conta da voz, da laringite, garganta.. E começou a ter muita gente adoecendo com problemas de saúde mental. E isso foi combinado com mudanças na estrutura educacional. A gente passou, por exemplo, em 1998 na rede, aqui em São Paulo, uma reforma feita pela Rose Neubauer, que demitiu 80 mil professores, aumentou a jornada de trabalho e isso foi uma fatalidade. Teve greve, mas foi uma derrota, o governo impôs essa alteração. E aí a gente consegue ver que, a cada ano que passa, vai aumentando. Então, isso era o grande motivador. Eu comecei a olhar, antes de fazer pesquisa, com uma curiosidade para entender o que aconteceu. Eu comecei a procurar na literatura sindical, porque eu militava no sindicato, né? Porque a literatura sindical na época era muito... muito aquém. Eu sempre tenho uma visão que o sindicato é muito reativo, ele consegue reagir ao problema, mas depois que ele está dado, ele não tem muita capacidade de ser preventivo de fato. E eu fui procurar, e eu fui encontrar que as primeiras pesquisas que a CNTE fez sobre saúde docente, de 2000 e pouco, que é

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Professor do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

quando começa a surgir isso como um tema. É, aí, bom, passou um tempo, eu fui tentar entender um pouco mais. Então, eu acho que a motivação inicial minha foi realmente ver tanto colega, muito colega meu se afastar da escola. Inclusive militantes do sindicato, não era só pessoa assim, professor do dia a dia, né? Você imagina que o militante do sindicato, o cara tem uma militância política, porque é organizado, digamos, ele tem mais recurso do ponto de vista de entender a situação e tentar reagir a ela. E, mesmo assim, isso não conteve o adoecimento. Havia muitos militantes adoecendo. Então, eu fui pelo meu caminho tentando me envolver muito com esse tema, inclusive... Acabei por fazer uma coisa meio paralela, que foi a iniciação do processo acadêmico na universidade. Mas também promover uma luta no sindicato, né? Essa luta... E em alguns sentidos existiu, por exemplo, nós temos uma secretaria de saúde docente no sindicato, que foi fruto de uma batalha que nosso bloco acabou dando. Em cada Congresso a gente colocava a exigência de se criar uma secretaria sobre o tema, conseguimos criar a secretaria. Não demos grandes passos ainda, mas já existe uma secretaria aí e começamos a tentar responder.

**Entrevistadores:** O teu doutorado continua nessa mesma temática? Você vai dar um prosseguimento em cima disso?

**Zafalão:** Também, parte do doutorado tem a ver com o adoecimento. O que a gente fez diferente agora foi uma pesquisa mais ampla com professores, com 450 entrevistados, que estão avaliando essa questão. O questionários tem 68 questões, sobre todos os temas, desde a questão familiar, pai, mãe, para tentar enxergar um pouco a radiografia da categoria, a sua percepção da política educacional, e as suas posições políticas. Porque a ascensão da extrema direita fortalece políticas privatizantes e conservadoras, e muda muito o perfil do professor e da professora, no caso nosso. Então, tem uma parte muito específica sobre saúde, que eu tenho todos os dados do adoecimento nos últimos anos e eles são assustadores, vamos dizer assim. Nos últimos dez anos, de 2014 a 2024, quando você pega essa proporção de professores efetivos e estáveis, que são os que eu tenho os índices através do departamento de perícia médica do estado de São Paulo, a média é 20% de afastamentos por questões comportamentais e mentais, do capítulo 5 da CID-10. Em 2024, pós-pandemia, esse número saltou para 40% dos professores e professoras efetivos e estáveis. Então, tem uma queda grande na quantidade de professores e, proporcionalmente, tem uma ampliação grande do adoecimento. A gente tem sempre o cuidado de falar que os dados se referem a publicações de licenças médicas pelo Departamento de Perícia Médica, então pode ser que o mesmo professor tenha mais de uma licença. Mas, mesmo assim, o número é crescente. O único caso de redução das licenças psiquiátricas foi na pandemia, mas isso porque ficamos um ano e meio em casa. Então, a verdade é que ali todo mundo estava doente e estava sobrevivendo àquela situação, não é? Então, quando os professores retornam para o presencial, os números são assustadores. E mesmo na outra metade da rede que nós não temos os dados, que são os contratados, porque hoje são 101.000 contratados, e 104.000 entre efetivos e estáveis. Então, é praticamente metade da rede. Da metade dos professores contratados, nós não temos índices diretamente deles, não existe. Mas tem o índice publicado das licenças médicas gerais, do sistema de saúde. Então, o que acontece? Os números mostram que de 2014 a 2024, esse último ano foi o que concentrou o maior número de licenças por transtornos mentais de quem usa o INSS.

Então você com certeza tem um aumento do adoecimento desses professores contratados, combinado com uma situação de São Paulo que é drástica: a maior parte do adoecimento desses professores contratados é escondida porque, primeiro, ele tem que ir trabalhar, se não trabalhar, se ele falta três dias durante o ano, ele perde o contrato. Mesmo que ele tenha uma licença médica, é quase inevitável que no retorno ele perca o contrato. Porque é quase uma relação meio patronal mesmo, não existe a garantia que os efetivos e os estáveis têm. Então, é uma situação assustadora, você vê professores trabalhando adoentados, e você percebe que a pessoa não está bem, mas a pessoa continua trabalhando, porque ela sabe que, se ela se ausentar vai perder. E aqui, se é cessado o contrato, por exemplo, no mês de junho, você fica até o ano seguinte sem poder retornar. Então, significa o desempregado mesmo. Além do contrato ser suspenso no último dia do ano, e você retorna apenas no primeiro dia letivo do ano seguinte, olha, é horrível. Então, é isso, os índices são assustadores do ponto de vista do adoecimento na rede, e está ampliando.

**Entrevistadores:** Considerando as dimensões da sua pesquisa de mestrado, e a sua vivência enquanto docente e dirigente sindical, do que adoecem professoras e professores?

**Zafalão:** Com certeza o que provocou o adoecimento, na minha opinião, é a ampliação do controle sobre o trabalho, ou a alienação do trabalho. No caso, aquilo que a gente enxergava no nosso livro, que eram as políticas públicas neoliberais, apoiadas na privatização, precarização e meritocracia, aquilo que criava algum grau de alienação. Porque eu estava, ainda que fosse tácito, mas eu estava obrigado, ainda que não fosse explicitamente, a ficar trabalhando com certos conteúdos, pois o governo fazia a prova do mérito, o que poderia dar um bônus no salário. Era a mesma coisa: o conteúdo que era prova do SARESP<sup>3</sup>, que era aplicado aos estudantes, poderia me garantir um bônus no resultado. Então o governo vinculou o conteúdo, ao bônus e à avaliação.. Ele dizia que a gente tinha liberdade de cátedra, mas a gente não tinha, porque você estava completamente vinculado a isso. E as pressões da gestão são totais. Aqui a gente vai perdendo muito da autonomia, que é o centro da profissão de educação. Quando teve as conquistas da década de 80, da Constituição, da universalização, a gente defendia uma ideia de uma pedagogia do conhecimento. E o neoliberalismo, enquanto um conjunto de regras de controle sobre o trabalho, ele muda a lógica pedagógica para as habilidades e competências. Então, é essa mudança pedagógica vem junto com controle, porque eles não conseguem transformar a cabeça dos educadores que tinham uma formação diferente. Eles precisam ampliar o controle. Isso ampliou muito o adoecimento. Esse salto nos casos, que eu citei agora pouco, que se deu no pós-pandemia, tem a ver com outro salto no controle sobre o trabalho. E é um salto assustador, porque a gente tem todos os mecanismos gerenciais das grandes empresas, e com controle online. Por exemplo, na luta sindical, nós questionamos o controle via plataformas, em uma das reuniões com o governo. A gente argumentou que isso estava ampliando as tarefas

---

<sup>3</sup> Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do estado de São Paulo. É uma avaliação externa em larga escala da Educação Básica, aplicada a cada ano desde 1996 pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

burocráticas dos professores. Aí aconteceu uma cena bizarra. O assessor do secretário da educação de São Paulo abriu o computador na nossa frente: “olha como é ótimo, quer ver? Vou escolher uma escola aqui”. Aí ele escolhe uma escola, uma turma de sexto ano e diz: “aqui eu consigo ver a presença dos alunos”. E aí ele comenta: “aqui, eu posso ver, a turma do professor está com o índice baixo de presença de aluno. Já vou ligar hoje para Diretoria de Ensino<sup>4</sup> para verificar e, se for caso, fechamos essa turma”. Você imagina o grau de arrogância em uma reunião oficial com o sindicato para tentar justificar a política dele. Então, esse controle ele virou algo que deu um salto, que é o que explica, na minha opinião, o salto no adoecimento, porque ele deu um salto mesmo, porque eu falei os índices: entre professores efetivos e estáveis, que era em média de 20% com licença, e agora são 40%. Então é o dobro das licenças nesse grupo. É assim: não precisa mais ser sutil, a burocracia passa a ser uma ampliação do controle mesmo. Porque aquilo que era tácito, ele passa a ser algo que não é mais tácito.

**Entrevistadores:** A sua dissertação é de 2019. Quais alterações você conseguiu perceber, desde então, nas condições de trabalho e de saúde dos docentes?

**Zafalão:** Acho que a relação é direta. E não é um fenômeno exclusivo da educação; acaba sendo característico do conjunto da classe trabalhadora, mas na educação ele se torna muito evidente.

Como falei, podemos recortar o processo, a grosso modo, em três fases desde a redemocratização até agora. A primeira foi a do acesso da classe trabalhadora, com as conquistas da Constituição, as questões orçamentárias e a universalização da educação. Em seguida, temos um segundo bloco, mais evidente a partir de Fernando Henrique Cardoso, que marca o início mais forte das políticas neoliberais no país. E depois há um outro salto, digamos, com a ascensão da extrema-direita.

A tragédia dessa história é que os governos progressistas, no meio do caminho, não conseguiram interromper esse processo. No máximo o atrasaram, mas não reverteram nada. Vivemos cerca de 14 a 16 anos de governos progressistas que mantiveram a política meritocrática, inclusive nos próprios planos nacionais. E agora, infelizmente, isso continua.

Com a extrema-direita, houve um salto brutal. Isso se deve a uma combinação de fatores: uma derrota dos nossos setores organizados e a pandemia, que impossibilitou muitas lutas. Ainda assim, houve muitas greves – greves sanitárias, greves pela vida, no momento das tentativas de retorno. Mas, de modo geral, a conclusão é que fomos derrotados nesse processo. Fomos muito derrotados.

Aqui em São Paulo, nossa derrota começa de maneira brutal em 2015. Foi uma grande derrota: uma greve de 93 dias, que resultou em três meses de desconto salarial. Na época não percebíamos plenamente, mas a sociedade já havia mudado. O que em 2013 pode ter tido um caráter progressivo no país foi derrotado em 2015, com o

---

<sup>4</sup> As Diretorias de Ensino na rede estadual de educação de São Paulo são as unidades regionais da Secretaria Estadual de Educação que administram as escolas públicas em suas respectivas áreas, sendo responsáveis pela gestão, matrícula e demais questões pedagógicas.

protagonismo da extrema direita nas ruas. Sentimos isso na pele: foram três meses de greve com um sentimento remanescente do período anterior, mas a situação já estava invertida. Éramos minoria na sociedade, completamente isolados.

A partir daí, eles impõem uma grande derrota. No caso de São Paulo, vejo dois movimentos que consolidam essa derrota. O primeiro, consequência direta da derrota sindical, é a substituição efetiva do corpo docente. Chegamos a ter uma rede com 80% de professores efetivos. Nunca foi 100%, mas até 2007 ou 2008, mesmo os contratados tinham todos os direitos dos efetivos. Eles mudaram isso criando a figura do professor contratado – aqui, especificamente, chamado de "categoria O". O nome já diz muito: é um contrato terrível. Nesse processo, metade da rede se transformou em categoria O.

É uma combinação difícil de admitir para um dirigente sindical, mas é uma derrota do ponto de vista do sindicato: perdemos metade da categoria para um contrato profundamente precarizado.

Além disso, observamos uma situação – que ainda estou tentando entender melhor, mas os dados são bastante nítidos – em que uma parte significativa dos novos contratados possui uma formação muito diferente da dos educadores de antes. Muitos são pessoas que veem na educação uma ascensão social, vêm de empregos piores e fizeram cursos já aligeirados, em formato EaD, o que é comum hoje. Isso influencia a formação do professor.

Há, portanto, uma parcela considerável do professorado sobre a qual não tenho certeza: será um apoio ideológico ao projeto de controle, à plataformização e às aulas preparadas, ou será também um reflexo de uma formação mais frágil, que acaba se adaptando mais facilmente a esse modelo? Pois hoje o sistema funciona da seguinte forma, para que entendam: Quando chego à escola, preciso abrir um aplicativo chamado "Sala do Futuro" – olha que nome bonito. Nele, faço a chamada dos alunos. Tenho que registrar a presença em até 72 horas. Se não fizer, é computada uma falta para mim, o que é absurdo, pois dei minha aula; se a internet cair, ainda preciso lançar depois. No mesmo momento, tenho que registrar o conteúdo trabalhado.

Já na plataforma, estão disponíveis as aulas 1, 2, 3, 4 de cada bimestre. Clico na aula 1 e abre-se um slide com a aula pronta. Em tese, tenho que trabalhar com aquele material. Ao final, clico em um segundo botão que gera uma atividade online para os alunos a partir daquele slide – e é isso que gera o chamado "índice verde".

Evidentemente, não sigo esse procedimento, mas me sinto bastante isolado nessa posição. Porque se a escola fica "vermelha", dizem que a culpa é sua, e o diretor, o coordenador, todos são penalizados. O governo também criou um sistema semestral de avaliação docente vinculado diretamente a esses índices. Se meu índice for baixo, perco 30% da minha pontuação para a atribuição de aulas no ano seguinte, mesmo sendo efetivo.

Para dar um exemplo: sou o professor mais antigo da minha escola. No ano passado, já fiquei em segundo lugar na lista de atribuição e provavelmente vou cair novamente este

ano, porque meus índices não estão entre os melhores. É uma situação surreal. É assim que a escola funciona hoje.

**Entrevistadores:** Você falou em perder a sua atribuição, significa que você pode perder a vaga nessa escola?

**Zafalão:** Posso também. Existem várias possibilidades. A primeira é que, mesmo tendo aula na escola, perco a prioridade na escolha. Por exemplo, trabalho no período da noite e atuo na EJA da escola, que é uma forma que encontrei... tenho várias turmas regulares e de EJA. O EJA é uma contradição. Por um lado, manter salas de EJA é quase um ato de resistência, pois a política pública tem destruído esses espaços. Por outro lado, tenho mais liberdade para trabalhar com eles, pois não sofro o mesmo nível de controle; ao mesmo tempo, são turmas que costumam ser bastante negligenciadas. Depende muito do profissional que está lá para garantir que haja algum funcionamento.

Então, ao cair na pontuação, se eu era o primeiro, passo a ser o segundo ou terceiro na classificação e perco o direito de escolher primeiro essas aulas na EJA. Posso ser realocado para outro período e, se não houver vaga na escola, posso ser enviado para outra unidade. A resolução do governo deste ano estabelece que, quem tiver um índice baixo nessa avaliação de desempenho pode ter sua transferência sugerida pelo próprio governo.

Para quem é da categoria O (contratado), isso é evidente. Para quem é efetivo, há um questionamento jurídico sobre essa possibilidade, mas, considerando a tendência e o perfil do judiciário paulista, a probabilidade de o governo implementar essa medida é muito grande. É um retrocesso brutal na escola pública, e acho que a derrota se consolida por aí.

O governo deu um salto no controle sobre o trabalho a partir do momento em que metade da categoria está sob esse contrato precário. Mesmo considerando que muitos desses contratados sejam pessoas progressistas, contrárias a essas políticas e defensoras de direitos, o controle sobre eles é brutal. O governo chegou a propor uma resolução – que conseguimos barrar judicialmente, pelo menos provisoriamente – segundo a qual, se o professor contratado tiver mais de 5% de faltas em um mês, perde o contrato. Considerando que um contrato é de 40 horas, 5% equivalem a duas faltas. Em uma cidade como São Paulo, é quase impossível cumprir 200 dias letivos sem se ausentar, seja por adoecimento ou por questões logísticas.

Para ilustrar: anteontem, houve uma forte tempestade na cidade, que deixou quase um milhão de pessoas sem energia e causou um caos no transporte. Quem mora perto da escola não teve dificuldade, mas eu, que estava longe, na Zona Oeste, perto da USP, em uma atividade, não consegui chegar. Como sou efetivo, terei uma falta registrada, mas isso não me afeta drasticamente. Se fosse um contratado, estaria seriamente prejudicado. Mesmo com a suspensão judicial temporária daquela resolução, é quase inevitável que ele não seja reconduzido ao cargo. Não poderá assumir as turmas no ano seguinte, pois a decisão final fica a cargo dos diretores, que buscam pessoas que não falem para "suprir" – entre aspas – as ausências daqueles que têm mais direitos ou que acumulam

cargos, como muitos efetivos que trabalham também na prefeitura e, compreensivelmente, priorizam a ausência onde o salário é menor.

É uma situação complexa, pois é impossível dar 65 aulas por semana sem falhar em algum momento, que é a jornada que temos.

**Entrevistadores:** Como você avalia o tratamento dado à questão da saúde mental pelas instâncias governamentais?

**Zafalão:** A política do governo, na verdade, de todo o estado, é de combate ao que eles chamam de "absenteísmo". Eles conduzem campanhas nesse sentido. Como mencionei sobre a atribuição de aulas, há penalidades na pontuação para quem não atinge os índices desejados na avaliação. As faltas dos professores também impactam significativamente a pontuação final. A ideia é que, em 200 dias letivos, quem trabalha pelo menos 180 ou 190 dias completos recebe pontuação integral; quem trabalha menos, perde pontos. Portanto, todo professor que adoece, tira licença ou enfrenta alguma dificuldade, terá faltas registradas e será penalizado na pontuação.

O governo trata o absenteísmo como um problema individual e como uma irresponsabilidade dos professores. Toda a política pública é voltada para conter e reduzir essas ausências. Por exemplo, a cada cinco anos de trabalho sem faltas, temos direito a uma licença-prêmio de três meses, um direito legal. O governo suspendeu esse direito recentemente, publicando uma norma esta semana que proíbe a concessão de licenças-prêmio, alegando a necessidade de professores em sala de aula. Muitos professores acumulam essas licenças para usá-las próximo à aposentadoria, e agora estão proibidos de fazê-lo, sendo obrigados a retornar ao trabalho.

Há também a política de um psicólogo por diretoria de ensino. No entanto, esse profissional não realiza atendimento clínico, nem para professores nem para alunos; faz apenas algumas orientações. Para ilustrar, minha Diretoria de Ensino, a Leste 2, abrange 98 escolas. Só minha escola tem mais de 1.800 alunos. Se estimarmos uma média conservadora, são cerca de 100 mil estudantes e aproximadamente 5 mil professores nesta Diretoria. Há apenas uma psicóloga contratada – nem mesmo concursada – para dar esse suporte. Na prática, não existe absolutamente nenhum atendimento efetivo.

O governo utiliza esse recurso apenas em situações de violência extrema, como no caso de Suzano, há alguns anos, quando um ex-aluno cometeu assassinatos dentro da escola. Aí o governo aparece, faz política, e o psicólogo fica disponível temporariamente. Mas não existe nada preventivo.

Existem algumas possibilidades online. Se um professor estiver em uma situação extrema, pode se cadastrar em um sistema para eventualmente conversar com um psicólogo. Não critico esses profissionais, que são bem-intencionados, mas estão completamente impossibilitados de realizar uma ação efetiva.

A verdadeira política do estado, considerando que metade da rede já está sob contratos precários, é resolver o problema substituindo as pessoas. A rotatividade é total. Quanto aos efetivos, o concurso público recente convocou 15 mil professores, mas os

professores efetivos e estáveis (categoria F) mais jovens desta turma já têm quase 20 anos de magistério, devido ao longo período sem renovação de quadros.

Há um grande envelhecimento da categoria: mais de 80% dos professores têm mais de 40 anos, e quase 60% têm mais de 50 anos. A situação dos jovens é alarmante. Se considerarmos a faixa entre 20 e 29 anos, 99,8% são professores contratados (categoria O). A maioria dos categoria O também tem mais de 40 anos, mas praticamente todos os professores com até 30 anos estão nessa condição precária.

Talvez haja uma pequena mudança devido à recente convocação do concurso, que pode trazer alguns professores jovens efetivos no próximo ano. No entanto, esses novos efetivos já ingressam sob um contrato de trabalho diferente do nosso, com outras regras e outra lei.

Em resumo, o governo trata o absenteísmo e o adoecimento como problemas individuais e não possui uma política pública efetiva de saúde. A única solução concreta disponível para os professores é a licença médica e o tratamento médico, que não são acompanhados de qualquer ação preventiva – isso simplesmente não existe. Esse tema está na pauta da categoria e é controverso, inclusive em minhas discussões. Há uma defesa, por exemplo, da realização de concurso para um psicólogo por unidade escolar como uma tentativa de melhorar a situação, mas não há nenhuma abertura do governo para isso.

**Entrevistadores:** Sobre esse último ponto que você falou, que é polêmico, inclusive porque conheço um pouco a experiência do Chile. Lá, a presença de um psicólogo por escola levou a uma situação em que esse profissional passa a ter muito poder, inclusive maior que o do docente, para determinar políticas, ações do cotidiano escolar, e até para afastar professores ou alunos em casos de violência. Você poderia falar um pouco sobre isso? Qual é a sua visão?

**Zafalão:** Não sou a favor de ter um psicólogo alocado especificamente em cada escola. Toda escola está próxima de algum equipamento público de saúde. Acredito que a política pública adequada seria investir na ampliação desses equipamentos, para que possam oferecer atendimento psicológico capaz de atender também às demandas das escolas. Esse me parece o caminho mais adequado.

O problema é que, atualmente, não há um investimento efetivo nesses serviços públicos, resultando em filas de espera impossíveis de serem atendidas. Tenho a sensação de que colocar um psicólogo dentro da escola altera um pouco o caráter da instituição. Não é uma questão de comparar um psicólogo a um policial, mas é uma mudança significativa.

Essa é uma opinião que sustento. Embora exista uma defesa dessa proposta, há um debate forte sobre o tema. Muitos parlamentares têm projetos nesse sentido, e já participei de vários debates argumentando que não é o melhor caminho. O melhor caminho é ampliar o atendimento da saúde pública para contemplar toda a população, incluindo a comunidade escolar.

Portanto, concordo com a preocupação levantada. Acho equivocada ter um psicólogo como cargo efetivo dentro da unidade escolar. Na minha visão, ele deve ter um cargo efetivo em um posto de saúde, em um atendimento psiquiátrico da rede pública municipal, estadual ou federal, que possa oferecer um atendimento próximo e acessível a todos, não exclusivo à escola. Não vejo como positivo tratar a escola como um espaço diferenciado do resto da sociedade.

Digo isso porque, embora as realidades sejam diferentes, o raciocínio se assemelha ao que costumamos discutir sobre a judicialização de questões dentro da escola. Não faz sentido, do ponto de vista pedagógico, que alguém sem formação pedagógica trate de um problema que é, em essência, pedagógico.

Se o problema se transformou em uma questão de saúde, ele deve ser tratado como tal, com os devidos cuidados de saúde. A escola não tem competência, nem deve ter, para realizar esse tipo de tratamento específico. Essa é, em linhas gerais, a forma como enxergo o tema.

**Entrevistadores:** Só para colocar uma questão em cima do que o João falou anteriormente, sobre a obtenção dos dados via Lei de Transparência. Aqui no Rio de Janeiro não temos conseguido esses dados. Recentemente, recebemos um retorno da Secretaria Estadual de Educação dizendo que eles não os possuem, e que no máximo conseguiriam fornecer os dos últimos quatro anos, período em que começaram a fazer esse levantamento. Nas redes municipais não temos nenhum retorno; as prefeituras simplesmente não respondem. Como foi esse processo no estado de São Paulo? Foi simples? Foi difícil? Como esses dados foram conseguidos?

**Zafalão:** Existem dois tipos de dados. Um deles é disponibilizado em uma plataforma chamada CGRH – Coordenadoria Geral de Recursos Humanos. Lá estão disponíveis publicamente dados como a quantidade de professores efetivos, contratados, idade, sexo. O governo publica essas informações mensalmente e nós as acessamos.

Quem tabula esses dados que utilizo é o DAS (Departamento de Assuntos Sociais). Nosso sindicato tem um departamento DAS interno que faz essas tabulações. Uma parte eu fiz, mas a maior parte foi realizada por eles.

Os dados mais complexos são os do DPME – Departamento de Perícia Médica do Estado de São Paulo – referentes às licenças. Conseguir esses dados foi uma aventura que durou mais de um ano. Pelos canais oficiais – que hoje estão um pouco melhores – eu tinha que enviar um e-mail para um endereço específico do governo, uma controladoria de transparência, que então remetia a demanda ao departamento responsável. Após um tempo, a resposta chegava.

Em três ou quatro tentativas consecutivas minhas, a resposta foi sempre a mesma: "As licenças médicas são publicadas no Diário Oficial. Consulte o Diário Oficial". O problema é que o Diário Oficial divulga da seguinte forma: "Professor Fulano de Tal, licença de 30 dias". É impossível fazer qualquer tabulação a partir disso.

Foram várias idas e vindas. Durante o mestrado, há alguns anos, consegui dados de três ou quatro anos – acho que 2016, 2017, 2018, 2019. Alegaram que só tinham esses anos tabulados e os entregaram; foi com isso que trabalhei.

Agora, fiz uma nova tentativa e, surpreendentemente, na primeira vez recebi uma resposta já com os dados tabulados dos últimos 10 anos. Não sei se aprimorei minha solicitação, mas fui bastante específico, citando a legislação. Agora também existe uma plataforma – o SICONV<sup>5</sup> federal e o equivalente estadual em São Paulo – que permite acessar serviços governamentais com a mesma senha do Gov.br. Por essa plataforma, além de acessar informações de transparência, consigo direcionar minha demanda diretamente ao departamento de interesse. Foi o que aconteceu.

Sinceramente, não sabemos se houve uma mudança na política pública que facilitou a entrega, ou se tive a sorte de que minha solicitação foi processada por um servidor público que fez o trabalho. No serviço público isso varia muito. Se há um servidor mais progressista na função naquele momento, ele pode, estando dentro da lei, fornecer os dados já tabulados.

O curioso é o seguinte: a entrega que recebi agora cobre de 2014 a 2024, exatamente o período que solicitei. Portanto, aquele período anterior, para o qual alegavam não haver tabulação, agora existe. Só posso concluir que, no passado, houve de fato uma orientação para não entregar os dados. Foi assim que consegui essas informações agora. O procedimento se tornou um pouco mais viável – pelo menos para o Departamento de Perícia Médica encontrei um caminho. Mas foi uma luta. Desta última vez, porém, foi na primeira tentativa.

**Entrevistadores:** Estamos acompanhando diversos processos de alteração da gestão da escola pública, seja pela militarização, seja pela privatização. É possível perceber os impactos desses processos nas condições de saúde da categoria?

**Zafalão:** Aqui em São Paulo, sim, há impactos. Primeiro, sobre a militarização: conseguimos barrar judicialmente, mas o Supremo tomou uma decisão controversa recentemente que não nos ajudou. O TJ de São Paulo geralmente nos é desfavorável. Tínhamos ganho uma ação que impedia a implementação de escolas cívico-militares, mas essa decisão foi cassada e transferida para outro órgão, então agora corremos o risco de perder. Atualmente, o processo está suspenso por uma decisão do Tribunal de Contas do Estado, que proibiu o uso de verbas da educação para contratar policiais militares. No entanto, isso deve durar pouco, pois o governo está indicando um novo membro para o Tribunal e, ao conseguir maioria, provavelmente reverterá essa limitação.

Sobre a gestão privada direta, temos uma situação com 33 escolas que foram privatizadas por meio de leilão – um processo conturbado, com repressão policial contra professores. Essas escolas ainda serão construídas e administradas pela iniciativa

---

<sup>5</sup> Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.

privada. Um aspecto absurdo do contrato é que a empresa recebe o mesmo valor por aluno que uma escola pública, mas com uma diferença crucial: na escola pública, esse valor cobre salários e todas as despesas; na escola privatizada, o estado continua pagando separadamente os salários dos professores e funcionários. Portanto, cerca de 70% do repasse vira lucro líquido para a empresa. É uma bizarrice completa.

Além disso, estava programado para setembro um leilão de 140 escolas já existentes, para transferir sua administração para empresas terceirizadas. Esse leilão não foi realizado – não por impedimento judicial, mas aparentemente por problemas de logística e organização por parte do governo.

Embora essas novas formas de gestão não estejam totalmente implementadas, o governo criou um ambiente de pressão extrema sobre as escolas. Os diretores são obrigados a cumprir metas governamentais, sob risco de exoneração. Em algumas diretorias de ensino, como a Leste 1, há uma rotatividade brutal: 15 a 20 diretores são demitidos a cada mês e meio, em um total de 100 escolas. A maioria dos diretores hoje é designada, não concursada, o que facilita essa remoção.

Isso institucionaliza o assédio moral. Há dois perfis de diretores: alguns buscam um acordo com o corpo docente, encontrando brechas para burlar o sistema de forma colaborativa; outros tratam a escola como uma empresa, punindo, gritando e ofendendo publicamente os professores. A cobrança por índices em reuniões pedagógicas, muitas vezes sobre questões de pouca ou nenhuma relevância pedagógica, tem levado a uma explosão de casos de assédio moral.

A ironia é que essa cobrança obsessiva por índices e o uso de aplicativos não trazem nenhum retorno pedagógico efetivo. Estudos de grupos de pesquisa como a Rede Escola Pública (da USP e UNIFESP) mostram que não há correlação entre os altos índices nas plataformas e o desempenho real dos alunos nas avaliações externas. O próprio resultado oficial desmente a narrativa do governo.

Há, portanto, uma piora significativa na gestão escolar e uma perda total de autonomia. Para ilustrar a gravidade: o governo usa um sistema de Business Intelligence (BI) chamado "Super BI", cuja função, por definição, é melhorar negócios e ampliar lucros. Toda segunda-feira, cada Diretoria de Ensino recebe um ranking com a posição de todas as suas escolas (no meu caso, entre 94). A escola com o pior índice aciona um "alerta desesperador", e se permanecer nas últimas posições por três ou quatro semanas, é quase certa a exoneração do diretor. Isso cria um mecanismo gigantesco de assédio moral institucionalizado.

As reações variam. Na escola onde trabalho, por exemplo, há uma tradição de resistência. Já rejeitamos por quatro vezes o programa de Ensino Integral e projetos como a militarização nem são apresentados, pois sabem que não passariam no conselho de escola. Mantemos uma EJA com muita luta e temos um grêmio estudantil organizado e autônomo, algo raro hoje. Isso se deve em parte à presença de vários militantes sindicais na escola, um resquício de um período de maior mobilização.

No entanto, estamos cada vez mais acuados. É muito difícil manter os espaços democráticos conquistados. A secretaria enxerga nossa escola como um absurdo, e somos acusados de "doutrinação" por simplesmente exercer direitos democráticos. Ainda assim, acredito que há espaço para resistência. Sempre digo aos meus colegas: por mais que existam o Super BI, as plataformas e todo o controle, quando entro na sala de aula e fecho a porta, sou eu e os alunos. Aquele é o momento de exercer nossa capacidade de ouvir, ensinar, estudar e criar. Existe um espaço político de resistência real no cotidiano da escola, mas ele depende de cada um de nós.

O problema é que estamos menos fortalecidos para isso, mais adoecidos e mais controlados. Muitos professores, sem acreditar na política vigente, acabam aceitando-a por não enxergarem um caminho efetivo de resistência. É uma situação muito difícil.

**Entrevistadores:** Dado o crescimento da plataformização do ensino e, consequentemente, o aumento do controle sobre o trabalho docente, como isso pode agudizar o sofrimento mental desses profissionais?

**Zafalão:** Uma das perguntas que incluí na pesquisa do doutorado foi exatamente essa. Elaboramos uma extensa lista de tarefas escolares e perguntamos aos professores quais os afetavam mais. Disparadamente, a maior crítica recai sobre a plataformização, combinada com o aumento das tarefas burocráticas.

Para contextualizar, até 2024 o período diurno no estado tinha aulas de 45 minutos. Este ano, o governo alterou para aulas de 50 minutos, aumentando a jornada de trabalho sem qualquer reajuste salarial. Esse tempo adicional, chamado de ATPC (Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo), é quase totalmente consumido pelo preenchimento de formulários burocráticos para cumprir metas.

O governo também criou uma situação peculiar em relação ao chamado "horário de trabalho pedagógico livre" (HTPL)<sup>6</sup>. Nesse horário, somos obrigados a assistir a duas aulas online por semana da escola de formação (a Fundação FAT)<sup>7</sup>. Se não as assistirmos, temos falta registrada. Essas aulas consistem em uma professora, transmitindo de um centro de mídias, ensinando os professores a usar os slides padronizados que ela mesma preparou. É um conteúdo que explica o slide, seguido de perguntas que devemos responder online.

É uma das coisas mais absurdas que já vi. Imagine a situação: tenho uma aula para dar, e outra professora está me ensinando a usar um slide que ela criou, enquanto respondo perguntas online. É tão surreal que chega a ser irritante apenas ouvir a voz da pessoa explicando. Os colegas até brincam: "João, você tem que fazer, mas não é assim". É um controle que revela uma grande hipocrisia, pois o único objetivo do governo é gerar índices de participação, sem qualquer processo real de formação.

---

<sup>6</sup> Nesse horário, o docente da rede estadual de São Paulo pode realizar suas atividades de preparação e planejamento fora da escola.

<sup>7</sup> A Fundação de Apoio à Tecnologia de São Paulo é uma OSCIP oferece cursos técnicos e de formação profissional continuada. Tem diversas parcerias com o governo do estado de São Paulo.

Esse tipo de controle vai, aos poucos, criando um efeito psicológico nas pessoas. É difícil descrever, mas gera uma espécie de controle mental, um desespero genuíno quando os índices não estão bons. Por exemplo, professores de inglês devem usar uma plataforma específica (o "Speaking"). Se o índice da plataforma não está "verde", os professores ficam extremamente ansiosos e até interrompem outras aulas para convencer os alunos a realizarem as atividades, chegando a pedir para "ceder" parte da aula para isso. O mesmo ocorre com as plataformas de português e matemática.

No meu caso, como professor de história e sociologia, estou em uma situação relativamente mais confortável, pois não há uma plataforma externa oficial para essas disciplinas – sua manutenção no currículo é fruto de muita luta. O controle principal sobre meu trabalho se dá pelo preenchimento da chamada e do conteúdo na "Sala do Futuro", e pela geração de atividades a partir dos slides padronizados. Essa última etapa é opcional, mas afeta os índices da escola. Quando o índice sobe, há uma certa euforia coletiva pensando no bônus futuro; quando está "vermelho", como costuma estar o índice de presença dos professores, começa uma pressão sobre quem falta, mesmo que por motivo de saúde. Isso gera um constrangimento, mesmo para quem tem consciência política sobre o sistema.

Há um aprofundamento enorme do controle, que inevitavelmente gera muito adoecimento. Existem duas formas de reagir: ou você "desliga" e segue fazendo o mínimo, ou você se mantém engajado. Para muitos de nós, "desligar" não é uma opção real, porque acreditamos em um projeto de sociedade e temos compromisso com os estudantes. Sabemos que a escola pode oferecer mais e que os alunos são capazes de mais. O problema é que somos constantemente impedidos pela política pública estadual.

A essência da política atual nem chega a ser uma "pedagogia do empreendedorismo". Parece mais uma política de domesticação de alunos e professores, um controle brutal que retrocede em todos os temas relevantes.

Estamos, por exemplo, tentando fechar um projeto antirracista no quarto bimestre, integrando diferentes disciplinas. É um projeto limitado – o antirracismo deveria ser trabalhado o ano todo – mas mesmo assim é difícil implementá-lo. Precisamos fornecer muitos dados e orientações para que outros professores possam usar, por exemplo, estatísticas sobre racismo para ensinar matemática, em vez de números aleatórios. É um trabalho complexo, mesmo em uma escola onde a coordenação pedagógica é favorável. É uma luta, pois significa dedicar duas ou três semanas a temas que não estão na sequência didática rígida imposta de cima. É como organizar uma pequena rebelião coletiva.

Muitos colegas, principalmente os contratados (categoria O), argumentam que não têm autonomia para isso. E é um argumento verdadeiro. Se um professor contratado fizesse o que eu faço, não duraria 15 dias na escola. Eu mesmo, sendo efetivo e conhecido na escola há anos, estou sob ameaça de ser removido por uma avaliação negativa. O governo já maneja esse mecanismo nas escolas de Ensino Integral (PEI), que representam quase 40% da rede. Mesmo os efetivos que atuam nessas escolas o fazem por "designação", sob um novo contrato tácito onde o assédio é cem vezes maior e há avaliações constantes. Se o índice do professor não é "bom", ele é automaticamente

removido do projeto. O pior é que, quando designado para uma PEI, o professor leva seu cargo consigo; se for removido, não tem para onde voltar e é realocado pela Diretoria de Ensino, muitas vezes tomando a vaga de um colega contratado.

Isso molda uma situação terrível. As escolas integrais quase nunca fazem greve. Quando ocorre, precisa ser uma paralisação total, com o fechamento completo da escola, para forçar a reposição coletiva dos dias. Se houver divisão, quem paralisar quase inevitavelmente perde a designação. O argumento para a remoção nunca é a greve em si, mas alegações de "não cumprimento das necessidades pedagógicas", o que torna quase impossível reverter a decisão. Para o efetivo, significa ter que procurar outra escola; para o contratado, é demissão pura e simples.

São Paulo está, de fato, na vanguarda dessa tragédia educacional. O governo anterior já havia avançado muito, e o atual tem implementado políticas ainda mais duras. É um estado com um governo de extrema-direita consolidado, onde o agronegócio domina o interior e garante um amplo apoio popular a esse projeto. Fora da capital, nossa capacidade de resistência é ainda mais limitada. Tudo isso afeta profundamente nossa saúde mental e nossa capacidade de lutar.

**Entrevistadores:** João, uma coisa que me chamou a atenção, e que você disse logo no início e em outros momentos, é que esses instrumentos de controle estão no centro do processo de adoecimento dos professores. Seja pelo controle das avaliações e dos índices (verde, amarelo, vermelho), pelos processos de bonificação, ou pela ameaça de perda da lotação na escola. Isso me remete a algo que já aconteceu aqui no Rio de Janeiro, no governo Sérgio Cabral, com a implantação da GIDE (Gestão Integrada da Escola), um modelo do Instituto Falconi que também trabalhava com essa lógica de cores, índices e bonificação.

Parece-me que essas formas de controle têm, na responsabilização individual dos sujeitos da escola, uma peça fundamental. Como você colocou, se resistimos, o primeiro a vir falar conosco é nosso colega – seja o diretor com receio de perder o cargo, seja o colega com medo de que o diretor perca. Você acha que esses instrumentos estão afetando as redes de solidariedade e afeto entre os colegas no interior da escola? Está gerando muitos conflitos internos em função desse modelo de regulação e controle?

**Zafalão:** Sim, aumentou muito o conflito interno na maioria das escolas, e essa rede de solidariedade está realmente fragmentada. Posso dar exemplos concretos. Recentemente, houve um caso de uma escola que estava sendo pressionada para aderir ao PEI (Programa de Ensino Integral), citado acima. A maioria dos professores era contra e organizou um movimento com os estudantes. O diretor, então, começou a ameaçar os professores com processos administrativos – ameaças infundadas, mas que criaram um clima de guerra. Quando o diretor convocou uma assembleia para tentar aprovar o programa, foi rechaçado. Foi uma grande vitória, que impediu a transformação da escola em PEI, atendendo ao anseio da comunidade e da maioria dos professores.

No entanto, essa escola agora está dividida. Nós do sindicato não chegamos a ser "persona non grata", mas há uma resistência e uma divisão palpável entre os

professores. Parte do problema com o PEI é que alguns professores, especialmente aqueles com apenas um vínculo empregatício, vêem no programa uma chance de melhorar o salário – há um acréscimo de cerca de R\$ 2.000. Eles têm dificuldade em perceber que estarão submetidos a um nível de controle muito superior. Isso gera uma cisão.

Hoje, existem dentro das escolas divisões que antes não eram tão comuns. Há, por exemplo, professores declaradamente de extrema-direita. É uma realidade. No momento, estão um pouco mais acuados devido à condenação do Bolsonaro e às nossas manifestações, mas a divisão existe. Na escola onde trabalho, mesmo sendo um ambiente progressista, há pelo menos três professores bolsonaristas que apoiaram o [Ricardo] Salles. Tentamos manter um profissionalismo, mas há uma separação clara.

Outro fator de divisão são os diferentes tipos de vínculo. Por exemplo, eu, como dirigente sindical, tenho direito a afastamentos legais para participar de congressos ou acompanhar processos de escolha de cargos, uma conquista do sindicato. Quando fico alguns dias fora, por um lado, há quem critique: "olha, o cara não está na escola". Por outro lado, os professores contratados (categoria O) que cobrem minhas aulas agradecem pela oportunidade de trabalho extra. É uma terra de ninguém.

É muito difícil construir ou manter laços de solidariedade nessas condições. A escola está dividida em grupos com posições ideológicas distintas, e também segmentada pelos tipos de contrato. Nosso grupo mais ativo e resistente é composto majoritariamente por efetivos. Muitos professores contratados concordam conosco e nos auxiliam, mas o fazem de forma muito mais recuada, pois não podem se expor – e nós precisamos protegê-los.

Isso se reflete até em atividades pedagógicas. Gosto de desenvolver projetos, como usar uma música do Caetano Veloso para discutir a questão indígena junto com o pensamento de Ailton Krenak, integrando a sala de leitura. É muito difícil envolver professores contratados nesses projetos. Eles estão tão presos à necessidade de cumprir as metas, com medo real de perder o contrato – um medo que eu, como efetivo, não tenho na mesma intensidade – que cria uma distância real no diálogo e na colaboração.

As gestões escolares, em sua maioria, infelizmente, adotam posições muito ruins e aprofundam essas divisões. É comum, por exemplo, um coordenador pedagógico interromper uma reunião nossa no intervalo para cobrar individualmente os professores: "Fulano, a filosofia está baixa aqui; Ciclano, a geografia está péssima". É uma pressão constante e individualizante.

Isso quebra os laços de solidariedade. Não acho que acabou completamente; acredito que há caminhos para recuperá-los, e até conseguimos fazer isso parcialmente. Mas há um distanciamento e uma individualização muito fortes nesse processo. Os horários coletivos de trabalho raramente são usados para debater pedagogia ou problemas concretos da escola. Se há um caso de violência, a gestão intervém com a polícia, com os pais, com o conselho tutelar, e nós, professores, ficamos à margem.

Projetos pedagógicos maravilhosos ainda acontecem, mas muitas vezes são iniciativas isoladas de um professor. Eles debatem ecologia, ecossocialismo, mas sem uma integração coletiva. Isso, de fato, quebra a essência do que acreditamos como escola e como educação.

A plataforma, o aumento do controle e da alienação no trabalho fragmentam os laços. Somos uma categoria que passa a maior parte do tempo com os alunos. Na escola noturna, por exemplo, passo das 19h às 23h, ficando apenas 15 minutos com meus colegas; o resto do tempo é com os estudantes. O governo criou mecanismos que nos afastam ainda mais: metade da turma pode estar em um tablet fazendo uma atividade da plataforma, enquanto o professor está digitando notas ou lançando presença.

O sistema é falho. É comum lançar a presença e, no dia seguinte, aparecer como não lançada porque o aplicativo caiu, a internet falhou ou o aluno usou o 3G/4G próprio. Isso gera um desespero diário. Há múltiplas plataformas para checar – uma para ver se você está "presente" no sistema, outra para validar a aula – e prazos curtos para corrigir qualquer erro. Se você deu aula na segunda, tem até quinta para regularizar; se não o fizer até sexta, o sistema bloqueia e fica "vermelho". Para quem já está sobrecarregado ou adoentado, é mais um fator de angústia. É uma situação que promove uma certa desumanização das relações, uma substituição pela máquina e pela inteligência artificial que acaba controlando nossas vidas.

No entanto, não acho que está tudo perdido. A política pública do estado é tão ruim que é inevitável a emergência de momentos de resistência. Eles podem acontecer das piores formas, refletindo a violência da sociedade, mas a reação virá. Sou otimista quanto a isso porque as plataformas não podem substituir a interação humana. Em algum momento, haverá uma explosão em relação a isso.

O problema é que isso não depende apenas do que acontece dentro da escola, mas também do contexto externo. E fora dos muros da escola, as condições continuam muito ruins. Estamos em uma defensiva política global, com alguns espasmos importantes de resistência, mas ainda predominam cenários difíceis: o massacre na Palestina, a figura de Trump nos EUA, a extrema-direita no Brasil mantendo uma capilaridade impressionante. Nossa situação é tão ruim que nosso melhor cenário para o próximo ano é a reeleição de Lula, que está longe de ser o governo dos sonhos para a educação. E, para piorar, Lula anunciou recentemente que vai incluir um bolsonarista em seu governo. Tudo isso influencia e agrava nosso desânimo e nossa vontade de lutar.

**Entrevistadores:** A última questão, João, é justamente sobre isso que você começou a falar agora no final. Claro que você tratou da conjuntura durante toda a entrevista, mas considerando esse cenário que você pintou com tintas fortes para nós, qual seria o horizonte da luta política dos docentes por direitos e por saúde mental? Como você está vendo esse momento político, a luta dos professores e, especificamente, a questão da saúde e do bem-estar?

**Zafalão:** Penso que, em primeiro lugar, toda a classe trabalhadora do Brasil e do mundo está diante de uma necessidade urgente: derrotar definitivamente a extrema-direita. É uma corrente internacional poderosa, com muita densidade, que governa países como os

Estados Unidos e a Argentina, governou o Brasil e pode voltar a governar. Derrotá-la é quase uma necessidade humana. Toda luta pela educação pública e pelos direitos educacionais passa por esse alinhamento geral. Não há como escapar desse debate para alcançar transformações reais na educação.

Dentro da escola, no entanto, acredito que há sementes de resistência. A escola pública de São Paulo tem três milhões e meio de estudantes e quase 200 mil professores – metade efetivos, metade contratados. Toda essa juventude tem pouca expectativa de um futuro melhor. Uma parte está iludida com o discurso do empreendedorismo e das possibilidades individuais que a tecnologia oferece, mas uma parte significativa vive o drama cotidiano das famílias trabalhadoras. É aí que reside, em parte, o germe da transformação social.

Acredito que existe resistência na escola. Ela é um espaço de dois lados: há muito sofrimento e adoecimento, mas também há luta. Talvez seja um otimismo da minha parte – talvez um pouco de marxismo nisso – mas creio genuinamente que há resistência possível na escola. No entanto, isso inevitavelmente passa por derrotar a extrema-direita e suas políticas públicas. Sabemos que, mesmo depois de derrotar a extrema-direita em eleições, será preciso muita luta para avançar um pouco, pois o controle de entidades como o "Todos Pela Educação" e os grandes bancos sobre a educação é total. Mesmo no governo federal, o MEC é influenciado por essa lógica. A mentalidade privatista e meritocrática persiste, mesmo em governos progressistas.

É um caminho longo a ser percorrido. Vejo expectativa e esperança de transformação. Há resistência nas escolas, muita gente que luta, mas também há muito adoecimento. A ação do sindicato, além de orientar o professor doente a buscar tratamento médico e licença quando necessário, tem uma luta maior: tentar convencer a maioria dos professores de que o adoecimento é um problema coletivo, não individual. É um problema da política pública, dessa alienação toda, e precisamos entender quem adoecer como parte de um processo.

Muitas vezes, a individualização é tão cruel que, quando uma pessoa adoecer, os colegas comentam: "mas falta pra caramba, né?", "sempre está doente", "entrou na escola e não consegue trabalhar". E se essa pessoa é vista em um samba, dizem: "olha, está legal". É óbvio. Qualquer pessoa é mais feliz em um samba do que no melhor trabalho do mundo. O problema é convencer as pessoas disso, o que se torna difícil quando há um controle tão grande sobre a vida delas.

No caso de São Paulo, repito: para reverter isso, precisamos reverter o problema dos contratos de trabalho. Se não conseguirmos reduzir os contratos precários e aumentar o número de concursados, será quase impossível – "quase impossível" nunca é, mas é muito difícil – reverter a situação. O contrato precário é um mecanismo de controle muito poderoso para o governo. Por isso brigamos tanto pelo concurso público. Foram chamados 15 mil, mas há 44 mil cargos abertos no estado. A luta é chamar mais 20 mil, algo que o governo resiste e o Ministério Público cobra. A estabilidade permite que a pessoa pense em outros termos. É como quando a humanidade desenvolveu a agricultura e pôde então se dedicar à arquitetura, à astronomia, à filosofia. De certa

forma, estamos em uma situação parecida: sem uma estabilidade mínima no trabalho, a pessoa não tem capacidade de fazer mais nada.

A maior parte dos novos professores que consegui mapear veio de uma ascensão social. Tinham empregos muito ruins – telemarketing, por exemplo –, ganhando pouco, fizeram faculdade à noite (muitos através dos programas de bolsas dos governos Lula) e viraram professores com um salário de cerca de R\$ 5.000. Tiveram uma formação aligeirada, enfrentam um assédio grande, mas menor do que tinham na iniciativa privada. Isso também afeta a percepção. Muitos me dizem: "João, concordo com tudo, mas aqui eu fico meia hora, uma hora com o chefe 'enchendo o saco', e o resto do tempo estou com meu aluno. Antes, eu ficava oito horas em um aquário com o chefe em cima de mim". Então, o assédio que para mim, com muitos anos de magistério, é enorme, para esse setor é menor. O controle e as metas são mais aceitáveis, pois fazem parte da cultura do mercado de trabalho de onde vieram.

Nossa meta é outra: é que os alunos se desenvolvam, entrem na universidade, consigam um emprego, tenham reconhecimento. Nós nos contentamos com pouco, em termos do retorno pelo que fazemos. A grande vitória do governo, na minha opinião, foi essa precarização do trabalho. O resto é consequência. Os professores mais velhos e efetivos "burlam" melhor a plataformização do que os mais jovens, porque podem. Eu, por exemplo, me recuso a gerar atividades no aplicativo. É uma decisão que tomo porque acho um retrocesso pedagógico. Gero atividades do que realmente fiz com eles. Mas isso não é normal para as novas gerações. Eles acham que somos folgados, doidos. É um choque cultural, fruto do retrocesso ideológico que vivemos no país e no mundo.

Acredito, no entanto, que temos capacidade de transformação. O tempo passa, as pessoas, com os anos, vão entendendo melhor o processo educacional e a resistência tende a aumentar. Não tenho dúvidas sobre isso. Mas estamos, infelizmente, em um momento ruim. As universidades passam por isso, e a escola pública sempre foi o local mais complexo, pois a educação consome uma fatia grande do orçamento – cerca de 25% do orçamento do estado de São Paulo. Para o projeto político deles, é como um "desperdício". Por isso, buscam constantemente criar mecanismos para que esse dinheiro seja desviado para empresas privadas, seja via privatização ou, no caso de São Paulo, através das plataformas. Mais do que um mecanismo de controle, é um grande negócio. O próprio secretário de educação é um ex-CEO de uma empresa de tecnologia, que "transferiu" a propriedade para uma offshore. São contratos milionários – já vimos valores na casa dos 300, 400 milhões de reais – sem nenhuma relevância pedagógica comprovada.

Para concluir, nossa grande luta não é contra a tecnologia nas escolas, mas contra a plataformização. Parte da estratégia que defendemos no sindicato é, primeiro, limitar o tempo de tela dos estudantes. Todos os dados mundiais apontam que tempo excessivo de tela piora as condições de aprendizado. Defendemos no máximo uma ou duas horas semanais. As plataformas poderiam ser usadas se a escola, de forma autônoma, definisse quais têm relevância pedagógica para seu projeto. Da forma como é hoje, é uma padronização absurda: o mesmo conteúdo e a mesma plataforma para alguém na

maior metrópole da América Latina e para um aluno em uma escola rural no interior. É um total contrassenso pedagógico.

Acho que precisamos retomar esses debates que, de certa forma, fomos abandonando com o tempo. É isso.